

Fundo Municipal de Apoio à Família e Indivíduos Carenciados

Ação Social Escolar

Boletim de Candidatura a Auxílios Económicos

PRAZO DE CANDIDATURA (1.º CEB e Pré-escolar):
15/04/2024 a 30/06/2024

Av. 25 de Abril,
3830-044 Ílhavo

geralcmi@cm-ilhavo.pt
www.cm-ilhavo.pt
+(351) 234 329 600
(Chamada para
rede fixa nacional)

NIPC: 506 920 887

O presente boletim de candidatura servirá apenas para os/as Encarregados/as de Educação que não acedam aos meios informáticos e deverá ser entregue nos serviços administrativos do respetivos Agrupamentos de Escolas.

Ano Letivo: 2024 / 2025

ENCARREGADO/A DE EDUCAÇÃO

Estabelecimento de Ensino: _____

Localidade: _____

Nome do/a Aluno/a: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Nome do Pai: _____

Nome da Mãe: _____

Endereço do Agregado Familiar: _____

Código Postal: _____ - _____ Localidade: _____

Endereço do/a Aluno/a em tempo de aulas: _____

Nome do/a Encarregado/a de Educação: _____

Endereço (completo): _____

Código Postal: _____ - _____ Localidade: _____

Email: _____

Telefone: _____ Telemóvel: _____

Ano de Escolaridade do/a aluno/a: _____

É a primeira vez que se inscreve neste ano? Sim Não

Indicar qual o Estabelecimento de Ensino que frequentou no ano letivo transato:

Já beneficiou de subsídios no ano anterior? Sim Não

Qual o escalão atribuído? A B

COMPOSIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR

Grau de parentesco com o/a aluno/a	Nome	Profissão ou ocupação	Idade
_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____

Número de Pessoas que compõem o Agregado Familiar: _____
(todos os que partilham a casa e mesa)

RENDIMENTO BRUTO MENSAL DO AGREGADO

Grau de parentesco com o/a aluno/a	Sujeito ao IRS Salário e outros	Não Sujeito ao IRS Pensões (incluindo pensão de alimentos), Rendimento Social de Inserção, Subsídio de desemprego, atividade informal, etc	Observações Sobre as condições sócioeconómicas, aparentes, do Agregado Familiar
_____	_____	_____	
_____	_____	_____	
_____	_____	_____	
_____	_____	_____	
_____	_____	_____	

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DO/A ENCARREGADO/A DE EDUCAÇÃO

HABITAÇÃO

- Casa Própria
- Casa Arrendada
- Casa cedida por _____
- Coabitação com Familiares (todos os que partilham casa e mesa)
- Estado de Conservação? Bom Razoável Mau

VIATURAS

Número de viaturas do agregado? _____

Marcas e Anos _____

- Tem alguma pessoa deficiente a cargo? Idade _____ Parentesco _____
- Possui terrenos

TERMO DE RESPONSABILIDADE

O/A Encarregado/a de Educação assume inteira responsabilidade nos termos da lei, pela exatidão de todas as declarações constantes neste boletim. Falsas declarações implicam, para além de procedimento legal, imediato cancelamento dos subsídios atribuídos e reposição dos já recebidos.

Assinatura do/a Encarregado/a de Educação

Data: ____/____/____

Esta Entidade compromete-se a respeitar a legislação em vigor sobre proteção de dados pessoais e a não ceder, sob qualquer forma ou condição, esta informação a entidades terceiras. Esta Entidade compromete-se, ainda, a adotar as medidas de segurança necessárias para garantir a salvaguarda dos dados pessoais dos utilizadores contra a sua eventual utilização abusiva ou contra o acesso não autorizado.

(este documento determina apenas a situação sócioeconómica do agregado familiar)

INSTRUÇÕES

Os dados pessoais recolhidos neste pedido são necessários, única e exclusivamente, para dar cumprimento ao disposto no artigo 102.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril e/ou ao previsto na Os Auxílios Económicos são formas de apoio de ação social escolar destinadas aos/às Alunos/as inseridos em Agregados Familiares cuja situação socioeconómica determina a necessidade de comparticipações para fazer face aos encargos diretos com a escolaridade obrigatória.

O Município de Ílhavo criou o Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados que contempla a medida de atribuição dos auxílios económicos aos/às Alunos/as do 1º Ciclo do Ensino Básico e refeições para as crianças do Ensino Pré-Escolar, regendo a sua atuação pelos princípios de justiça e equidade social.

Neste sentido, para a determinação do enquadramento das Crianças em escalão, o cálculo efetuado pelo Município tem por base os rendimentos atuais da família, sendo por isso meramente indicativa para atribuição de subsídio de estudo, a declaração proveniente da Segurança Social, com o escalão do abono de família, uma vez que esta contabiliza rendimentos desatualizados.

Considera-se para este efeito como Agregado Familiar do/a aluno/a aquele que efetivamente o/a sustenta. Isto é, o conjunto de pessoas que vivam em regime de comunhão de mesa e habitação, constituída pelos cônjuges, ou por quem viva maritalmente, e pelos seus parentes ou afins na linha reta ou até ao 3º grau da linha colateral, bem como pelas pessoas relativamente às quais, por força de lei, haja obrigação de convivência ou de alimentos.

Os/as Encarregados/as de Educação comprometem-se a informar a Câmara Municipal de Ílhavo, com a devida documentação comprovativa, quando se verificarem alterações de melhoria ou de agravamento quanto aos elementos declarados na candidatura aos auxílios económicos, num prazo de 10 dias.

Documentação Necessária para a candidatura

Os Pais e/ou Encarregados de Educação interessados nos referidos apoios deverão entregar os seguintes documentos, através de formulário online nos serviços administrativos do respetivos Agrupamentos de Escolas.

- Boletim de Candidatura ou preenchimento do formulário online, com um quadro que integre a composição de todos os elementos que residem na mesma habitação, confirmando desta feita a composição e a ocupação dos elementos;
- Declaração do escalão do abono de família do/a aluno/a, proveniente dos serviços da Segurança Social, que serve a título meramente indicativo;
- Declaração de Rendimentos e seus anexos de 2023 de todos os elementos maiores do agregado familiar;
- Face à inexistência de Declaração de Rendimentos ou de valores manifestamente baixos (abaixo do Salário Mínimo Nacional – 10.640,00€ anual) será necessário comprovativo respeitante a subsídio desemprego/social de desemprego e pensões (alimentos, invalidez, sobrevivência, velhice, assistência a terceiros, etc.) de cada elemento da família, dependendo da situação em causa, junto da Segurança Social;
- Aos/Às beneficiários/as de Rendimento Social de Inserção (RSI) é solicitado o respetivo comprovativo para integração tácita em Escalão A de Ação Social Escolar;
- Face à inexistência de outros rendimentos ou de valores manifestamente baixos (abaixo dos 10.640,00€ anuais) será necessária a inscrição no Instituto de Emprego e Formação Profissional dos elementos maiores e aptos para trabalho;
- No caso de se tratar de famílias monoparentais (mãe ou pai com filhos a seu cargo), o/a Encarregado/a de Educação deve manifestar disponibilidade para requerer outras prestações da segurança social que lhe sejam devidas ou para reconhecimento do direito a alimentos no prazo de 90 dias, com o preenchimento de ficha anexa sob compromisso de honra, salvo situações excecionais devidamente justificadas;
- Relativamente ao ponto anterior, o/a Encarregado/a de Educação das famílias monoparentais, que já subscreveram a declaração de disponibilidade para requerer outras prestações da segurança social, durante o ano letivo 2023/2024, terão que obrigatoriamente fazer prova das diligências tomadas, sob pena de indeferimento a partir de 1 de setembro de 2024.

Considerações sobre o Cálculo dos Rendimentos

Para efeito do cálculo do rendimento do agregado familiar é considerado o rendimento de referência que resulta da soma do total de rendimento anual ilíquido de cada elemento do agregado familiar, oficializado ou não, a dividir pelo número de crianças e jovens, acrescido de um.

O rendimento de referência insere-se em dois escalões de rendimentos estabelecidos com base no Indexante dos Apoios Sociais. Os escalões de rendimentos anuais do agregado familiar categorizam-se em:

ESCALÕES DE RENDIMENTOS DE REFERÊNCIA ANUAIS DO AGREGADO FAMILIAR

ESCALÃO A Iguais ou inferiores a $0,5 \times \text{IAS} \times 14$
Rendimentos no ano de referência: Até 3.363,01 Euros

ESCALÃO B Superiores a $0,5 \times \text{IAS} \times 14$ e iguais ou inferiores a $1 \times \text{IAS} \times 14$
Rendimentos no ano de referência: De 3.363,01 Euros a 6.726,02 Euros

Os serviços técnicos da Câmara Municipal de Ílhavo poderão, em caso de necessidade, solicitar mais esclarecimentos, desenvolvendo diligências complementares, como visitas domiciliárias ou documentação adicional ao apuramento das situações.



A DEVOLVER AO ENCARREGADO/A DE EDUCAÇÃO

Estabelecimento de Ensino: _____ Ano Letivo: ____/____

Nome do/a Aluno/a: _____ Data: ____/____/____

Assinatura do/a Funcionário/a: _____